



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
Rua João Diogo 288 - Bairro Campina - CEP 66015-902 - Belém - PA
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(ETP COMPRAS)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 9º, inciso I da IN 58/2022).

1.1. Descrição da demanda

Aquisição de materiais de consumo (álcool em gel), para utilização nas Eleições Gerais de 2026, bem como, para o consumo ordinário.

1.2. Motivo/Justificativa da Contratação

A decisão de adquirir álcool em gel 70º para as Eleições 2026 no Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), deve ser pautada nos princípios da eficiência, economicidade e racionalidade na gestão de estoques, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) e o cenário sanitário atual.

A aquisição não se justifica mais pela premissa de emergência sanitária generalizada, que embasou as compras de 2020 e 2022.

- Fim da Emergência: A Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e a pandemia de COVID-19 (OMS) foram oficialmente encerradas (maio de 2022 e maio de 2023, respectivamente).
- Risco Sanitário: A manifestação técnica da SAMOS (Saúde dos Servidores) classifica o risco sanitário atual como baixo a moderado para eventos de curta duração como as eleições.
- Princípios: A aquisição deve obedecer aos critérios de necessidade e economicidade, evitando o desperdício de recursos públicos, como evidenciado pela devolução de material não utilizado em pleitos anteriores.

A justificativa para a aquisição em 2026 é a necessidade de formação de um Estoque Estratégico Reduzido e a disponibilização focal dos itens, e não a distribuição massiva. A compra visa:

- Assegurar a adequação sanitária: Gerenciar o risco sanitário (baixo a moderado) por meio de medidas simples e focadas.
- Garantir a Pronta Resposta (Contingência): Manter um estoque centralizado por Zona Eleitoral para reação rápida a um eventual recrudescimento de doenças respiratórias.
- Proteger Pontos Críticos: Priorizar a higienização das mãos em locais de maior fluxo e contato, minimizando a propagação de patógenos.

Conclusão para Álcool em Gel: A aquisição se justifica para o fornecimento pontual nos pontos de maior circulação e na formação de um estoque estratégico de pequeno volume, e não para distribuição em cada seção eleitoral.

A aquisição de álcool em gel 70º para as Eleições 2026 no TRE-PA é justificada técnica e legalmente, desde que seja realizada de forma reduzida e estratégica, conforme as orientações da SAMOS.

Essa medida cumpre os objetivos de:

- 1) Garantir a segurança sanitária dos eleitores e colaboradores nos pontos de maior risco.
- 2) Racionalizar o gasto público, evitando o desperdício e os custos logísticos desnecessários da distribuição massiva.
- 3) Alinhar a gestão aos princípios da eficiência e economicidade da Lei nº 14.133/2021.

1.3 Análise da contratação anterior ou a série histórica, se houver.

Os materiais, objetos das futuras aquisições fazem parte do bojo do portfólio de materiais utilizados com constância (pelo menos, a partir do ano de 2019) pelo almoxarifado e outras unidades administrativas do Regional, figurando em processos repetidos de aquisições anteriores a exemplo dos processos que seguem: 0009695-98.2024.6.14.8000, 0002558-65.2024.6.14.8000 e 0007843-15.2019.6.14.8000

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso II da IN 58/2022).

2.1. Natureza do objeto

2.1.1. O objeto é comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante as especificações usuais do mercado.

2.1.2. O bem pode ser identificado no Catálogo de Materiais (CATMAT) do SIASG pelo seguinte código de material: 269943, não constando porém de item do catálogo eletrônico padronizado do Governo Federal.

2.1.3. O objeto da contratação não se caracteriza como bem de consumo de luxo, conforme o art. 3º, II, da Resolução TSE nº 23.702, de 9 de junho de 2022.

2.2. Necessidade continuada do fornecimento

() SIM, conforme justificativa abaixo. (x) NÃO

2.2.1. Vigência plurianual

() SIM, conforme justificativa abaixo. (x) NÃO

2.3. Forma/regime de fornecimento

2.3.1. O fornecimento do material dar-se-á em parcela única, na forma prevista no Termo de Referência.

2.4. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP? Caso positivo, justificar.

() Sim (x) Não

2.5. Admissão ou não de subcontratação do objeto contratual

() SIM (x) NÃO

2.6. Exigência de amostra/prova de conceito

☐ NÃO ☒ SIM, justificativa:

A exigência de apresentação de amostra na aquisição de álcool justifica-se como medida necessária para assegurar a adequada verificação da **qualidade, eficácia, segurança e conformidade técnica** do produto ofertado com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, nos termos do art. 41, inciso I, e do art. 42 da Lei nº 14.133/2021.

A análise da amostra permitirá confirmar a **aderência do produto às normas técnicas e regulatórias vigentes**, bem como reduzir riscos de recebimento de material inadequado, em desacordo com o interesse público, preservando a economicidade e evitando prejuízos decorrentes de eventual substituição ou descarte de produtos impróprios.

2.7. Garantia, manutenção e assistência técnica

2.7.1. O prazo de garantia dos objetos da futura contratação é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir da emissão da Nota Fiscal.

2.8. Garantia de execução contratual

☐ SIM ☒ NÃO

2.9. Requisitos de capacitação

☐ SIM ☒ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

2.10. Requisitos legais

☒ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

2.11.1. O presente processo de contratação deve estar aderente aos normativos citados abaixo, sem prejuízo de outras legislações aplicáveis:

- a) Lei 14.133/2021 (Lei das licitações e contratos administrativos);
- b) Decreto 10.024/2019 (regulamenta o Pregão Eletrônico);
- c) Instrução Normativa SEGES /ME nº 65, de 7 de julho de 2021 (Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral);
- d) Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022 (Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP);
- e) Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 (Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional);
- f) Decreto nº 11.462/2023 (regulamenta os art. 82 ao art. 86, da Lei 14.133/2021 - Sistema de Registro de Preços);
- g) Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- h) Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- i) Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

2.11. Requisitos temporais

2.11.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 dias**, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

2.11.2. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, improrrogável, contados da emissão da

Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.11.3. O termo de contrato será substituído por nota de empenho, com base nas hipóteses do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

2.12. Critérios e práticas de sustentabilidade

☐ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

Itens alinhados ao Plano de Logística Sustentável do TRE-PA:

2.12.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos, pelo menos, os seguintes requisitos, que se baseiam na legislação ambiental, notadamente o art. 32 da Lei nº 12.305, de 2010, no Plano de Logística Sustentável do TRE/PA e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União.

a. Produção:

- Materiais: A contratada deverá busca fornecer materiais sustentáveis em sua constituição. Isso inclui o uso de materiais reciclados, que reduzem a demanda por matérias-primas virgens, biodegradáveis, que se decompõem naturalmente no ambiente, e atóxicos, que não liberam substâncias prejudiciais ao meio ambiente ou à saúde humana. Além disso, a empresa prioriza o uso de madeira proveniente de reflorestamento, contribuindo para a preservação de florestas e evitando a exploração de madeira de forma não sustentável.

- Modo de produção: A empresa se compromete a não utilizar trabalho escravo ou infantil em nenhuma etapa de sua produção. Além disso, adota o uso de máquinas que são projetadas para reduzir a geração de resíduos industriais, por meio de processos mais eficientes e tecnologias limpas. Isso inclui a implementação de práticas de redução, reutilização e reciclagem de materiais, bem como o monitoramento e controle dos impactos ambientais relacionados à produção dos serviços gráficos.

b. Distribuição:

- Embalagens compactas: A empresa deve adotar embalagens compactas para seus produtos, com o objetivo de reduzir o consumo de materiais e otimizar o transporte. Isso contribui para a redução do espaço ocupado no transporte, diminuindo a quantidade de veículos necessários e, conseqüentemente, as emissões de gases de efeito estufa.

- Indústria local: A empresa deve buscar estabelecer parcerias com fornecedores locais sempre que possível. Essa abordagem reduz a distância percorrida pelos produtos durante o processo de distribuição, diminuindo as emissões de carbono associadas ao transporte de longa distância. Além disso, apoiar a indústria local contribui para o desenvolvimento econômico da região.

c. Destinação Final:

- Produtos recicláveis, biodegradáveis e atóxicos: A empresa deve priorizar o uso de materiais que são recicláveis, permitindo que sejam reintegrados na cadeia produtiva após o uso. Além disso, quando possível, utiliza materiais biodegradáveis, que se decompõem naturalmente e não causam impactos negativos ao meio ambiente. Também se certifica de que seus produtos sejam atóxicos, ou seja, não liberem substâncias prejudiciais à saúde humana ou ao meio ambiente.

- Possibilidade de reuso: A empresa deve projetar seus produtos de forma a permitir o reuso. Isso envolve a escolha de materiais duráveis e de qualidade, bem como o design de produtos que possam ser facilmente reutilizados ou reutilizados em outras aplicações. Essa abordagem busca prolongar a vida útil dos produtos, reduzindo a necessidade de descarte e minimizando o impacto ambiental associado.

2.12.2. Ao adotar esses critérios de sustentabilidade em relação aos seus produtos, a empresa busca minimizar seu impacto ambiental, promover a conscientização ambiental entre seus clientes e contribuir para a construção de um futuro mais sustentável.

2.13. Necessidade de transição contratual

☐ SIM ☐ NÃO ☒ NÃO SE APLICA

2.14. Considerações sobre a possibilidade de participação de consórcio na licitação

☐ SIM ☒ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

2.14.1. Não será possível a participação de consórcio de empresas nesta licitação, em razão da baixa complexidade do objeto a ser fornecido.

2.15. Sociedades cooperativas

☒ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

Não há vedação a participação de sociedades cooperativas.

2.16. Pessoa física

☒ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

2.16.1. Não há vedação a participação de pessoa física, nos termos do art. 4º da IN SEGES /ME nº 116/2021, tendo em vista que a contratação não exige capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto, incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.

2.17. Tratamento diferenciado para ME e EPP

2.17.1. Os itens com valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno e entidades equiparadas, conforme benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 (art. 48, inciso I) e do Decreto 8.538/15 (art. 6º).

2.17.2. Para o(s) item(ns) que superar(em) o valor acima, será(ão) reservada(s) cota(s) de até 25% do quantitativo às ME/EPP, por ser de natureza divisível.

2.18. Indicação de marcas ou modelos

☐ SIM ☒ NÃO

2.19. Vedação de marcas, modelos ou produtos

☐ SIM ☒ NÃO

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso III da IN 58/2022).

3.1.1. Contratações Públicas similares identificadas e analisadas:

3.1.1.2. Soluções técnicas disponíveis

Solução 1. Fornecimento dos materiais através de serviços de outsourcing, de empresa já contratada por este Tribunal para essa finalidade;

Solução 2. Aquisição de bens e disponibilidade nos estoques no tribunal para atendimento mediante demandas.

3.1.1.3. Potenciais fabricantes

Existem no mercado, diversos fabricantes dos equipamentos a serem adquiridos e que atendem

perfeitamente as especificações técnicas mínimas descritas no Termo de Referência.

3.1.1.4. Condições usuais de aquisição ou de execução do objeto

As condições usuais de aquisição ou de execução do objeto, incluem:

- **Prazo de entrega:** o prazo de entrega será de 30 dias, dias a contar do recebimento da Nota de Empenho.
- **Garantia:** Ver item 2.7.
- **Forma de pagamento:** o pagamento será realizado após a entrega dos materiais e em parcela única.

3.2. Comparação das soluções

Solução 1 - Atualmente o Regional mantém contrato do tipo outsourcing (AVN), onde a empresa contratada, mediante pedido das unidades previamente cadastradas (com pedido mínimo estabelecido no valor de R\$500,00), fornece os materiais de consumo para as atividades laborais. Os produtos disponíveis para pedido estão dispostos em uma cesta com materiais previamente acordados entre as partes, no entanto o álcool em gel ainda não consta do referido portfólio, por tratar-se de material que exige logística de transporte diferenciado e regulado.

Solução 2 - Aquisição dos bens e disponibilidade permanente do material, sob demanda.

3.3. Solução mais vantajosa

Um cotejo entre as duas soluções nos indica que a solução 2 se mostra a mais apropriada, tendo em vista à impossibilidade de utilização da solução 1 e vantajosa para o Regional na medida que permite pronto atendimento às demandas apresentadas, principalmente às relativas às eleições.

3.4. Condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado (Art. 40, I, da Lei 14.133/21)

3.4.1. No processo de aquisição dos referidos bens, conduziu-se uma análise minuciosa das condições de mercado, bem como das práticas utilizadas pelo setor privado em relação a esse tipo de contratação. Nossa equipe realizou pesquisas de mercado, consultou fornecedores especializados e analisou as práticas comumente adotadas pelo setor privado ao adquirir bens similares.

3.4.2. Com base nessas análises, garante-se que o processo de aquisição e pagamento dos bens em questão seguirá condições semelhantes às do setor privado. Isso implica em buscar a melhor relação custo-benefício, levando em consideração a qualidade dos produtos, a eficiência na entrega, a adequação às necessidades da nossa instituição e a competitividade do mercado.

3.4.3. Além disso, adotam-se critérios claros e transparentes na seleção dos fornecedores, buscando aqueles que apresentem as melhores propostas, levando em conta não apenas o preço, mas também a qualidade dos produtos e serviços oferecidos.

3.4.4. Ressalta-se que o objetivo é garantir uma contratação justa, eficiente e economicamente viável para a instituição, seguindo as melhores práticas do setor privado.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (descrição/especificação do Objeto)

Fundamentação: descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IV da IN 58/2022).

4.1. A solução consiste na aquisição do material de consumo (álcool em gel) para utilização nas Eleições Gerais de 2026, bem como, para o consumo ordinário do referido exercício: nas contas de materiais limpeza e higiene, conforme condições e exigências estabelecidas neste ETP, no Termo de Referência e

seus anexos.

4.2. Manifestação de atendimento ao princípio da padronização (Art. 40, V, “a”, da Lei 14.133/21)

A aquisição de álcool em gel observa o princípio da padronização, previsto no art. 18, §1º, inciso I, e no art. 40 da Lei nº 14.133/2021, ao estabelecer especificações técnicas uniformes para o produto, alinhadas às normas sanitárias vigentes e às necessidades operacionais da Administração.

Para tanto, definiu-se como padrão institucional o álcool em gel à base de álcool etílico na concentração de 70%, com características físico-químicas compatíveis com o uso humano, devidamente regularizado junto à ANVISA, assegurando identidade, qualidade e segurança do insumo adquirido.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (obrigatório)

Fundamentação: estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso V da IN 58/2022).

5.1. A quantidade a ser adquirida levou em consideração a análise do histórico de consumo, a recomendação de redução de estoque da SAMOS, a recomendação da COLOG e na projeção de necessidades futuras, visando atender às demandas referentes Eleições Gerais de 2026, bem como, para o consumo ordinário do referido exercício, conforme o quadro abaixo:

MATERIAL	CONTA	UM	QUANT
ÁLCOOL EM GEL, 70º, 500 ML: Produto pronto para uso, específico para higienização de mãos, tipo hidratado, combinado com agentes hidratantes e emolientes. apresentação: em embalagem plástica (frasco), com bico dosador (válvula pump dosadora), contendo 400g/450ml a 500g, original com perfeita vedação que deverá conter: número de lote, data de fabricação, validade e número de registro na anvisa/ministério da saúde. Validade mínima: 01 (um) ano a partir do recebimento definitivo do material.	MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE	UND	2.000

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso VI da IN 58/2022).

6.1. O custo da presente contratação está estimado em R\$90.120,00 (noventa mil cento e vinte reais), detalhado abaixo:

MATERIAL	UM	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
----------	----	-------	----------------	-------------

<p>ÁLCOOL EM GEL, 70°, 500 ML: Produto pronto para uso, específico para higienização de mãos, tipo hidratado, combinado com agentes hidratantes e emolientes. apresentação: em embalagem plástica (frasco), com bico dosador (válvula pump dosadora), contendo 400g/450ml a 500g, original com perfeita vedação que deverá conter: número de lote, data de fabricação, validade e número de registro na anvisa/ministério da saúde. Validade mínima: 01 (um) ano a partir do recebimento definitivo do material.</p>	Un	12.000	R\$7,51	R\$90.120,00
--	----	--------	---------	--------------

6.2. O orçamento não será sigiloso, tendo em vista não haver justificativa técnica para a sua adoção.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VII da IN 58/2022).

7.1. Considerando o princípio do parcelamento da solução, **a licitação será por ITEM.**

7.2. Para efeito de julgamento dos preços do Pregão Eletrônico, **o critério deverá ser o menor preço**, de acordo com os critérios do Pregão Eletrônico.

7.3. A Equipe de Planejamento da Contratação não faz objeção à aplicação do artigo 6º do Decreto nº 8.538/2015.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Fundamentação: contratações correlatas e/ou interdependentes (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VIII da IN 58/2022).

8.1. A equipe de planejamento não vislumbra contratações que guardem relação/afinidade com o objeto da contratação pretendida, sejam elas já realizadas, ou contratações futuras.

9. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL(obrigatório) E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Fundamentação: demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do órgão ou entidade; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IX da IN 58/2022).

9.1. Alinhamento com o plano estratégico do TRE/PA ("APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA");

9.2. Previsão no Plano Anual de Contratações:

- I) Portaria: 24.352/2025
- II) Anexo: II
- III) Item: 10

9.3. O planejamento da contratação está alinhado com o Plano de Logística Sustentável - PLS, mais especificamente com o objetivo específico "aprimorar os processos de compras e contratações, promovendo a inserção de critérios socioambientais nos contratos", conforme requisitos contidos na especificação técnica do objeto e no item 2.11 deste ETP.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (inciso IX do § 1º do art. 18 da

Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso X da IN 58/2022).

10.1. Com a futura contratação, espera-se fornecer a contento ao Regional, e dentro de prazos mínimos de segurança, os materiais em análise, de modo a atender aos objetivos específicos programados para confecção de cada um deles, levando em consideração a relação custo/benefício mais vantajosa para a Administração.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XI da IN 58/2022).

11.1. A Equipe de Planejamento não vislumbra necessidade de adequação ambiental para utilização/instalação do material.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Fundamentação: descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XII da IN 58/2022).

12.1. No que tange à legislação, já foi inserida a informação no item 2.13. deste ETP "Critérios e Práticas de Sustentabilidade".

13. ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO

13.1. Forma de seleção e modalidade de licitação:

☒ Pregão Eletrônico Tradicional

☐ **Pregão Eletrônico - SRP**

☐ Adesão à Ata de Registro de Preços

☐ IRP (Intenção de Registro de Preços)

☐ Contratação Direta - **Inexigibilidade de Licitação** (Art. 74 e incisos da Lei 14.133/2021)

☐ Contratação Direta - **Dispensa de Licitação** (Art. 75 e incisos da Lei 14.133/2021)

14. AVALIAÇÃO QUANTO À NECESSIDADE DE CLASSIFICAÇÃO DO ETP, NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/2011 (OBRIGATÓRIO)

Fundamentação: Art. 13 da IN SEGES 58/22 e 91, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

☐ SIM ☒ NÃO

14.1. Considerando não se tratar de licitação cujas informações nele constantes sejam sensíveis e imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, não há necessidade de se atribuir qualquer tipo de classificação ao presente documento, nos termos dispostos na Lei nº 12.527/2011.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XIII da IN 58/2022).

15.1. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o Inciso XIII do art. 9º da IN 58, de 08 de agosto de 2022, - SEGES-ME.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ADRIANO DA SILVA PADILHA, Chefe de Seção**, em 20/01/2026, às 08:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ADOLFO GUILHERME PINHEIRO NETTO, Chefe de Seção**, em 20/01/2026, às 08:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2892481** e o código CRC **8E4E1E60**.

0011714-43.2025.6.14.8000

2892481v33